



1290000373



TCC/UNICAMP C315e

Universidade Estadual de Campinas

CE 851 - Monografia II

MONOGRAFIA

Expansão do grupo Santander Central Hispano na
América Latina

Aluna: Carmen Lúcia Cavenaghi RA: 980789
Orientadora: Maria Alejandra Caporale Madi

Instituto de Economia
Campinas
Dezembro/2002 ✓

TCC/UNICAMP
C315e
IE/373

CEDOC/IE

INDICE

RESUMO	3
ABSTRACT	3
INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1 - INTERNACIONALIZAÇÃO FINANCERIA	5
<i>Introdução</i>	5
1.1 <i>Internacionalização Bancária nos anos 1990</i>	6
1.2 <i>Evolução dos Bancos Espanhóis na América Latina</i>	12
1.3 <i>Histórico do Grupo Santander Central Hispano</i>	17
CAPÍTULO 2 - EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO DOS PAÍSES ANALISADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE, MÉXICO	20
<i>Introdução</i>	20
2.1 <i>Sistema Financeiro da Argentina</i>	21
2.2 <i>Sistema Financeiro do Brasil</i>	27
2.3 <i>Sistema Financeiro do Chile</i>	30
2.4 <i>Sistema Financeiro do México</i>	32
2.5 <i>Análise comparativa dos países</i>	37
2.6 <i>Conclusão</i>	42
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DO GRUPO SANTANDER CENTRAL HISPANO NOS PAÍSES ANALISADOS - ARGENTINA, BRASIL, CHILE, MÉXICO	43
<i>Introdução</i>	43
3.1 <i>Apresentação dos indicadores de desempenho</i>	44
3.2 <i>Cálculo e Análise dos indicadores de desempenho</i>	46
CONCLUSÃO	53
BIBLIOGRAFIA	56
ANEXOS	59

Resumo: O objetivo desta monografia é analisar a evolução das taxas de eficiência do grupo Santander Central Hispano (SCH) em seu processo de expansão em alguns países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, México), a partir do ano de 1999. A hipótese do trabalho é que existe convergência entre as taxas de eficiência das instituições bancárias pertencentes ao grupo Santander Central Hispano nos diferentes países analisados e as mesmas são influenciadas pelo controle de custos.

Palavras- chave: Grupo Santander Central Hispano, eficiência, custos

Abstract: The monograph aims to analyse the Santander Central Hispano efficiency tax evolution in your expansion process in some American Latin countries (Argentina, Brazil, Chile e Mexico), since 1999. The hypothesis of the paper is that exist convergences between the efficiency tax of Santander' s Banking in this countries and this efficiency tax are influenced per control of costs.

Key- Words – Group Santander Central Hispano, efficiency, costs.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução das taxas de eficiência do grupo Santander Central Hispano em sua expansão em alguns países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile e México), a partir do ano de 1999, no intuito de entender o resultado do processo de ingresso e consolidação do grupo nesta região.

O primeiro capítulo será apresentado em três partes, a primeira discutirá o processo de internacionalização bancária nos anos 90, assim como as possíveis razões que levaram as instituições bancárias a aventurarem-se em outros países; já a segunda parte apresentará a evolução do sistema financeiro espanhol, focando o grande crescimento das instituições espanholas na América Latina; por fim, a terceira será apresentada o histórico do grupo Santander Central Hispano.

Já no segundo capítulo, será realizada uma breve análise do sistema financeiro dos países selecionadas (Argentina, Brasil, Chile e México) nos anos 90, no intuito de diferencia-los de acordo com suas características próprias, as quais poderão influenciar os resultado das taxas de eficiência.

No terceiro capítulo serão apresentados e calculados os indicadores de desempenho, assim como será realizada a análise de tais taxas, verificando se há ou não convergência nos resultados dos países e se os mesmos são influenciados pela estratégia de controle de custos.

Capítulo 1 - Internacionalização Financeira

Introdução

Neste primeiro capítulo, será discutido o processo de internacionalização bancária nos 1990's, o qual foi liderado pelos bancos europeus, que se dirigiram principalmente para a Ásia e América Latina. Várias teses serão apresentadas no intuito de investigar os determinantes deste movimento. Entre elas pode-se destacar: a proximidade com os clientes, ou seja, o banco instala-se em diferentes países para atender as filiais de seus clientes nacionais; reação aos investimentos dos concorrentes; expectativa de maiores lucros; diversificação geográfica dos ativos; arbitragem regulatória, entre outras. Há ainda, explicações empíricas através da distinção dos determinantes internos e externos deste processo.

A evolução dos bancos espanhóis também será apresentada neste capítulo, através de uma análise do desenvolvimento do sistema financeiro espanhol e da expansão das instituições bancárias para países emergentes, principalmente Ásia e América Latina.

Finalmente, será apresentada a evolução do grupo Santander Central Hispano, mostrando sua trajetória, desde sua constituição até os dias atuais, e seu importante papel na América Latina, na qual é atualmente a maior instituição financeira estrangeira, estando presente na Argentina, Bahamas, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, México, Panamá, Paraguai, Peru, porto Rico, Uruguai e Venezuela.

1.1 Internacionalização Bancária nos anos 1990

O processo de globalização financeira e a expansão internacional das instituições bancárias dos países desenvolvidos são fenômenos antigos, ocorrendo desde o século XIX. Segundo Jones (1990), existiram duas ondas de expansão das instituições multinacionais bancárias: a primeira ocorreu a partir dos anos 30 no século XIX, liderada pelos bancos britânicos, que tinham suas redes de agências instaladas e concentradas nos territórios coloniais, como Oceania e África do Sul e em países recentemente independentes, especialmente da América Latina; a segunda ocorreu a partir dos anos 60 do século XX, sendo liderada, no início, pelos bancos americanos e, posteriormente, durante os anos 80, pelos bancos japoneses. Nesta última, o fluxo de investimento foi direcionado para os países desenvolvidos.

Nos anos 1990, uma nova onda de internacionalização se manifesta, através da criação de filiais em países estrangeiros (linha adotada pelo Citibank), da compra de bancos estrangeiros (adotada nos últimos anos por bancos europeus) e da aquisição de ações, criando-se alianças com outras instituições (linha usada para a penetração em mercados como o espanhol). Os líderes desta nova etapa de expansão são os bancos europeus, principalmente os espanhóis, que estão investindo em países da Ásia, Europa Central e, principalmente, na América Latina.

Segundo Rocha, a internacionalização financeira está ligada às medidas de desregulamentação e liberalização iniciadas nos anos 80, que eliminaram as restrições sobre as operações financeiras estabelecidas após a crise de 29 e durante o período de Bretton Woods. Dentre as medidas, destaca-se o fim dos controles sobre taxas de juros, das aplicações obrigatórias dos

depósitos, dos limites para operações cambiais e endividamento em moeda estrangeira e o fim da segmentação entre atividades bancárias, de investimentos, de seguros e de corretagem (Borio e Filosa *apud* Rocha, 2002). Somadas a essas medidas, pode-se destacar a diminuição da presença do Estado (privatizações), a revolução tecnológica e as inovações financeiras.

Diversos estudos realizados, desde anos 1970 (Grubel, Aliber, Metais, Gray e Gray *apud* Rocha (2002), Canals, (1997), discutem a importância de forças indutoras deste processo de internacionalização bancária. A primeira seria a proximidade com os clientes, seguindo-os em diferentes países. Segundo esta explicação, os bancos deslocam-se para o exterior atrás de seus clientes nacionais, ou seja, das filiais de seus clientes que instalam-se em outros países, através do investimento direto estrangeiro. Assim os bancos, no intuito de preservar seu relacionamento com as matrizes (clientes) e impedir a penetração de outras instituições, instalam-se em diversos países para atender as subsidiárias estrangeiras, oferecendo uma série de serviços com a mesma qualidade. Tal estratégia lhes traz vantagens em relação às demais instituições locais, uma vez que há uma redução dos custos de informação. Graças ao seu relacionamento, o banco globalizado pode utilizar-se das informações obtidas no país de origem das empresas. Segundo Grubel 1977 *apud* Rocha (2002) “*a habilidade de colher informações e os contatos pessoais entre o banco e a matriz da firma industrial em um (país estrangeiro) a custo marginal muito baixo representa a principal fonte de vantagem comparativa que a agência de um banco estrangeiro tem em lidar com a subsidiária da firma no exterior na competição com os bancos locais*” (pp.352-3). Dessa forma, a internacionalização da informação é, segundo esta teoria, a principal vantagem das instituições financeiras internacionais.

De acordo com Canals (1997), a internacionalização pode ser uma forma de reação de um banco à expansão internacional de seu concorrente. Calderón e Casilda (2000) atribuem esta característica à expansão do Grupo Santander na América Latina, que reagiu às aquisições de seu principal concorrente espanhol, o banco BBV.

Outra tese defendida é a da expectativa de realização de lucros maiores (Lewis e Davis *apud* Rocha (2002)). Defende-se que os bancos estrangeiros possuem maior eficiência operacional e tecnológica que os bancos locais, assim como oferecem um cesta de produtos diferenciados e conseguem menores custos de captação e empréstimos, além da maior liquidez apresentada por estas instituições. Neste sentido, o investimento estrangeiro na indústria bancária pode ser visto como um impulsionador do setor, já que os produtos e serviços financeiros podem ser rapidamente imitados pelos competidores com um mínimo de *expertise*.

A diversificação geográfica dos ativos, também é uma tese defendida por vários autores, uma vez que diminui os riscos e traz variabilidade do retorno (Bhattacharya *apud* Rocha 2002), assim como protege a instituição contra os ciclos de negócio nos diferentes países, havendo uma compensação, ou seja, nem sempre todos os países enfrentaram as mesmas dificuldades econômicas (Canals, 1997). De acordo com Rocha (2002), a presença dos bancos em diferentes países pode visar ainda um outro objetivo, a maximização dos lucros ponderados pelo risco, o que explica a presença dos bancos multinacionais nos países em desenvolvimento como o Brasil, por exemplo, que oferece altas taxas de juros, porém apresenta um risco bem

maior que os países desenvolvidos. Assim a diferenciação nas taxas de juros, maiores no país destino, pode ser considerada também um grande atrativo a expansão bancária.

A arbitragem regulatória é defendida por Focarelli e Pozzolo *apud* Rocha (2002), ou seja, a adoção de regras rígidas de controle sobre as atividades empresariais nos países de origem faz com que as instituições bancárias instalem subsidiárias em países mais competitivos (menores restrições). Segundo Jones (1990) a internacionalização é, portanto, mais uma forma dos bancos tentarem evadir-se ao controle das autoridades monetárias.

Vários autores contestam algumas das razões que motivaram a internacionalização bancária apresentadas acima, considerando-as irreais e insuficientes para explicar este movimento de internacionalização bancária.

A tese em que os bancos instalaram-se em outros países seguindo seus clientes é criticada por Germidis e Michalet, Murray, Bhattacharya *apud* Rocha (2002), devido sua casualidade unidirecional. Segundo os mesmos, a presença de bancos estrangeiros em um país e o conhecimento do mercado local são estímulos importantes para a atração de empresas não financeiras. Além disso, Lewis e Davis *apud* Rocha (2002), defendem que a relação entre as expansões internacionais de bancos e indústria estaria mais bem definida como um processo interativo.

A oportunidade de negócio é questionada por Rocha (2002), pois a comparação da eficiência operacional entre bancos estrangeiros, geralmente de negócios ou investimento, e os nacionais

são improcedentes se não for considerados seus aspectos distintos. De acordo com o autor, os bancos com redes nacionais de agências nunca atingirão os resultados de eficiência operacional dos bancos de investimento, uma vez este indicador é calculado pela razão entre as despesas de pessoal mais as administrativas e as receitas de intermediação financeira e de serviços.

O risco apresentado por Demirgüç-Kunt e Detragiache *apud* Rocha, (2002) na arbitragem regulatória, refere-se ao estímulo as medidas rápidas de desregulamentação e no aproveitamento das instituições estrangeiras das deficiências de regulamentação, fiscalização e supervisão bancárias nos países destinatários. Segundo os autores, a combinação de medidas de liberalização financeira com um fraco ambiente institucional pode originar certa fragilidade financeira no setor bancário, podendo levar a instabilidade e crises bancárias.

Já a tese de diversificação dos ativos como motivo da internacionalização, segundo William *apud* Rocha (2002), não seria suficiente para justificar o investimento no exterior, pois seus benefícios poderiam ser obtidos pela simples realização de empréstimos internacionais diversificados, geográfica ou setorialmente, ou por outras formas de aplicações de seus ativos.

Existem ainda alguns trabalhos empíricos, entre eles, Calvo (1993), Chuhan, Fernandez-Arias *apud* Jeanneau e Micu (2002) que distinguem os determinantes dos fluxos de investimentos para os países emergentes em: internos (atrativos) e externos (repulsivos). Os fatores externos são aqueles que estão fora do controle dos típicos países beneficiados pelos empréstimos. Eles abrangem elementos cíclicos e estruturais direcionando os investidores e os tomadores em

mercados maduros para diversificar seus investimentos. Tais elementos operam principalmente através de uma redução temporária na atratividade dos ativos dos países industriais, conseqüentes da queda dos retornos ou condições cíclicas de depressão. Já os fatores internos, são geralmente relacionados às políticas da economia doméstica e sua performance, trabalhando a partir das expectativas de melhora sustentável no *trade off* retorno-risco (aumento da taxa de retorno ou redução do risco). Eles incluem melhorias na política macroeconômica dos países estrangeiros, como estabilização da inflação combinado com ajuste fiscal, por exemplo.

As explicações das razões que levam um banco à “aventurar-se” em um país estrangeiro são várias, porém, dificilmente podemos definir a correta, já que a estratégia individual de cada instituição é o principal determinante da expansão, como por exemplo, o grupo Santander que utiliza a estratégia de reação ao concorrente como principal incentivo à internacionalização.

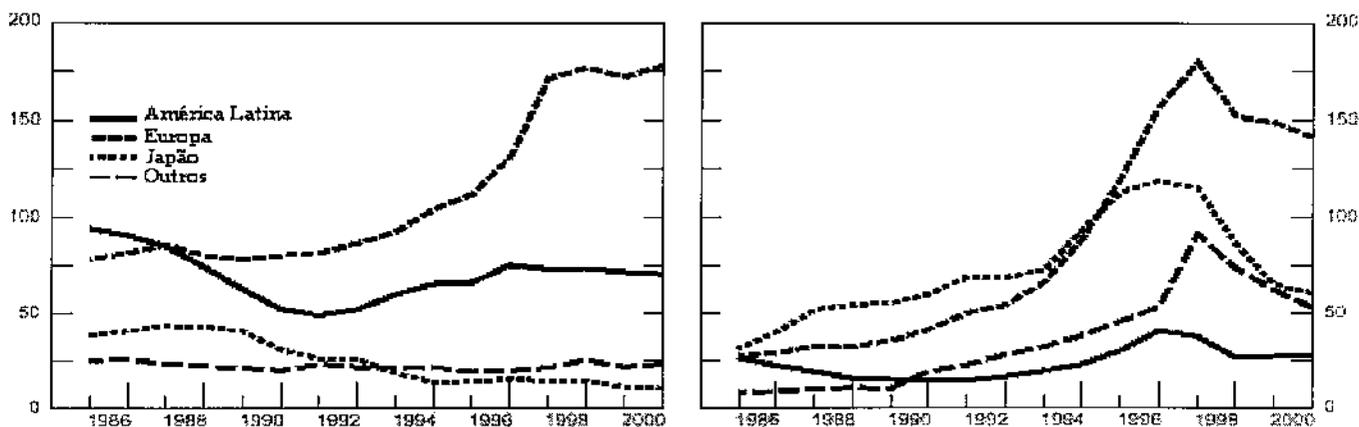
1.2 Evolução dos Bancos Espanhóis na América Latina

O processo de internacionalização bancária em direção aos países em desenvolvimento, principalmente Ásia, Leste Europeu e América Latina, intensificou-se entre 1990 e 1997. Tal crescimento deve-se a uma série de fatores, entre eles: o aumento das operações de financeiras, a liberalização dos setores financeiros, o estabelecimento de centros financeiros no exterior, as vantagens oferecidas no monitoramento e gerenciamento das exposições

internacionais através de empréstimos em curto prazo e as possibilidades de arbitragens em locais com altas taxas de juros.

Os bancos europeus tiveram grande participação neste processo, expandindo-se principalmente para a Ásia e América Latina, como forma de diversificar seus investimentos, além dos mercados conhecidos, conforme gráfico abaixo.

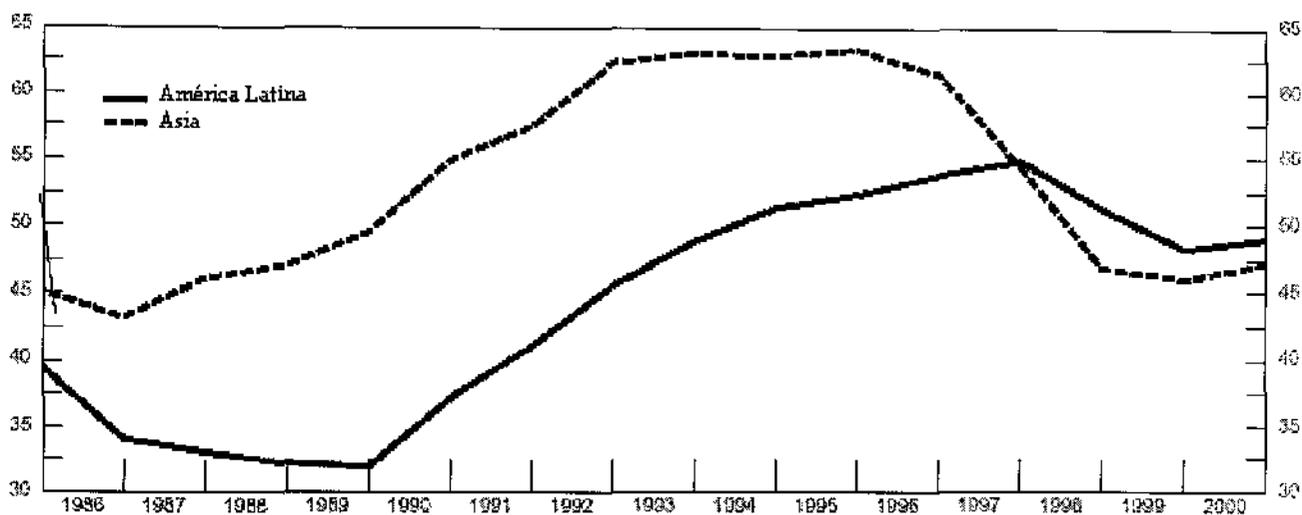
Gráfico 1
Volume dos Investimentos em bancos dos países emergentes e sua origem
(bilhões de dólares)



Fonte: Bis

Em 1997, a crise Asiática dificultou as condições do mercado bancário internacional e os investimentos para os países emergentes crescentes até 1997 tiveram certa retração. Neste período, enquanto os bancos estrangeiros reduziam rapidamente sua exposição nesta região, aumentavam seus investimentos nos países Latino Americanos e no Leste Europeu, como mostra o gráfico2.

Gráfico 2
Distribuição do investimento nos países emergentes
(Empréstimos de curto prazo percentagem do total)



Fonte : Bis

A expansão internacional dos bancos europeus nos anos 1990 foi favorecida, ainda, pelas mudanças estruturais que o setor bancário europeu sofreu e vêm sofrendo, no contexto de liberalização financeira e da união econômica e monetária, processos que modificaram os padrões de concorrência, aumentaram o nível de concentração e diminuíram as margens de lucro bancário nos países domésticos.

De acordo com Calderón e Casilda (2000), em meados dos anos 70, as autoridades espanholas iniciaram um processo de liberalização e desregulamentação da atividade financeira. A partir de 1985, a transformação do sistema financeiro espanhol intensificou-se com a incorporação de novas tecnologias, produtos, o aumento da desintermediação e o ingresso da Espanha na União Européia. Posteriormente, a configuração do Mercado Europeu Único e o início do processo de união econômica e monetária, intensificaram as mudanças na estrutura e nas estratégias das instituições financeiras.

A criação do Mercado Único Europeu supôs a eliminação das barreiras para a livre circulação de capitais entre os países membros. Tal acontecimento fez com que o setor financeiro espanhol passasse a desenvolver novas estratégias de crescimento e concentração, para adaptar-se ao novo ambiente competitivo.

A estratégia das grandes instituições espanholas, neste período, baseou-se em fusões e aquisições com o propósito de reforçar a presença no mercado, aumentar a competitividade e melhorar a eficiência. Assim, consolidando-se no mercado local, conquistando um tamanho mínimo essencial, os bancos espanhóis partiram para a expansão internacional, focando principalmente a América Latina.

Segundo Sebastian, M & C. Hernansanz (2000) e De Paula (2001) o fluxo de investimento internacional pode ser visto como uma estratégia de consolidação da indústria bancária, em termos globais, que se deu graças aos fatores macroeconômicos, a desregulamentação financeira, ao avanço tecnológico e também graças aos fatores culturais, os quais atraíram os investimentos para os países latino-americanos.

A preferência pela América Latina pode ser justificada por uma série de fatores, entre eles:

- O processo de desregulamentação e liberalização financeira iniciado nos anos 90 em toda a região;

- O grande potencial de crescimento dos países latino-americanos, principalmente no mercado bancário, comparado aos países europeus, uma vez que os últimos apresentam taxas negativas de crescimento e um mercado desenvolvido e maduro;
- O menor valor patrimonial dos bancos nos países bancos latino-americanos comparados aos europeus;
- O setor bancário latino-americano apresenta melhores perspectivas de retornos, já que os *spreads* aplicados são maiores que os europeus;
- As expectativas quanto aos ganhos de eficiência são altas, devido ao baixo grau de eficiência dos bancos desses países comparados aos países desenvolvidos.

Conforme mostra a tabela abaixo, as receitas líquidas de juros e o lucro bruto esperado nos países latino-americanos são significativamente maiores que as dos países europeus, o que favoreceu a escolha da região.

Tabela 1

Desempenho do Setor Bancário em Várias Regiões – 1992/99												
<i>(como % do total de ativos)</i>												
	Asia Oriental*			América Latina**			EuropaCentral***			G3****		
	92/97	98	99	92/97	98	99	92/97	98	99	92/97	98	99
Receitas líquidas dos juros	2,6	1,8	2,2	5,2	5,3	5,4	3,1	2,8	2,5	2	1,8	2
Outras receitas	0,7	1,2	0,8	2,3	2	1,8	2,3	2,1	2	0,7	0,8	1
Despesas operacionais	1,6	2,4	2,3	5,5	5,5	5,7	4,1	3,5	3,1	1,7	1,6	1,8
Empréstimos em atraso	0,6	6,3	1,8	1,2	1,1	1,7	0,6	0,6	0,4	0,2	0,4	0,3
Lucros antes dos impostos	0,8	-5,5	-0,7	1,4	1,3	2,4	0,5	0,7	1	0,7	0,6	0,8

Fonte: Hawkins & Mihaljek (2001, p. 6).

(*) Média simples da Indonésia, Coreia, Malásia, Filipinas e Tailândia.

(**) Média simples da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, e Peru.

(***) Média simples da República Checa, Hungria e Polônia.

(****) Média simples da Alemanha, Estados Unidos e Japão.

Sebastian, M & C. Hernansanz (2000) e De Paula (2001) citam, ainda, a importância dos fatores culturais nesta escolha, já que possuem linguagens e culturas comuns, uma vez que existem grandes comunidades espanholas nestas regiões, devido ao passado colonial. Tais facilidades auxiliariam na transferência dos conhecimentos, na implementação de uma única plataforma tecnológica e no intercâmbio de profissionais de um país para outro, favorecendo o processo de integração.

1.3 Histórico do Grupo Santander Central Hispano

Na segunda metade dos anos 90, a expansão dos bancos espanhóis na América Latina foi um dos principais marcos da internacionalização bancária e o grupo SCH teve um papel muito importante neste processo, pois se tornou o maior banco estrangeiro na América Latina, estando presente na Argentina, Bahamas, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, México, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Uruguai, Venezuela.

Segundo Calderón e Casilda (2000), em 1998, o Banco Santander possuía 14% do mercado espanhol, sendo a segunda maior entidade financeira da Espanha. O grupo possuía ampla presença internacional, atendendo 32 países e destacando-se pela sua capacidade de inovação e flexibilidade. Sua expansão na América Latina teve início nos anos 50, crescendo de forma modesta e concentrando-se principalmente no Chile. Em 1997, ano especialmente importante para a estratégia de expansão do grupo na América Latina, instalou-se na Argentina, Brasil,

Colômbia, México e Venezuela. Assim, através do processo de fusões e aquisições o grupo vem consolidando sua marca nos 13 países latino-americanos mencionados acima.

A estratégia do Banco sempre foi a de possuir o controle majoritário das entidades adquiridas. Aproveitando sua experiência no mercado espanhol, o Banco Santander realizou uma forte campanha para introduzir sua imagem corporativa, apresentando produtos, que obtiveram êxito na Espanha e aumentando sua participação no mercado na região.

Paralelamente à expansão do Grupo Santander, o Banco Central Hispano, banco espanhol de menor dimensão, iniciou seu processo de internacionalização na América Latina em 1996, instalando-se no Chile, Argentina, Peru e Paraguai. Sua estratégia na região foi de alcançar participações majoritárias nas entidades locais, em associação com sócios estratégicos.

Tabela 2

Os Maiores Bancos Estrangeiros na América Latina por Ativos (Setembro de 2000 - US\$ milhões)							
Banco	Origem	Argentina	Brasil	México	Chile	Total	%
BSCH*	Espanha	26.130	28.682	20.100	30.200	105.112	34
Citibank**	USA	10.429	8.798	42.590	6.350	68.167	22
BBVA	Espanha	9.174	5.004	37.300	4.900	56.378	18
Boston	USA	11.350	9.315	358	6.800	27.823	9
HSBC	Reino Unido	5.016	9.126	15.202	-	29.344	10
ABN-Amro	Países Baixos	2.801	15.581	154	2.900	21.436	7
Total		64.900	76.506	115.704	51.150	308.260	100

Fonte: Elaboração DePaula (2001, com dados de Sebastian & Hernansanz (2000, p.37); Banco Santander (Banespa-Brasil); e Gazeta Mercantil (Banacci-México)

Notas:(*) Incluindo Banespa, com dados de novembro de 2000

(**) Incluindo Banacci, com dados de dezembro de 2000

Em 1999, houve a fusão do Banco Central Hispano com o Banco Santander, criando uma nova entidade - Banco Santander Central Hispano (atualmente denominado Santander Central Hispano) – o qual se tornou o grupo financeiro líder da Espanha e o maior banco estrangeiro na América Latina.

Deste modo, a posição de liderança apresentada na Tabela 2 (acima) é destacada na Argentina, Brasil, Chile e México, justificando a escolha destes respectivos países como objetos de análise do presente trabalho.

Capítulo 2 - Evolução do Sistema Financeiro dos países analisados

Argentina, Brasil, Chile e México

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo a apresentação da evolução dos sistemas financeiros dos países analisados (Argentina, Brasil, Chile e México) nos 1990s, ressaltando os principais acontecimentos na indústria bancária no período analisado, as políticas adotadas, as principais características do sistema, entre outros.

O Sistema Financeiro da Argentina sofre um forte processo de abertura financeira nas últimas décadas, portanto a primeira parte deste capítulo mostrará como se deu este processo e quais suas vantagens e desvantagens para o país.

Na segunda parte do capítulo, apresentaremos o sistema financeiro brasileiro, mostrando suas mudanças a partir do Plano Real e da estabilização dos preços e as medidas adotadas para evitar o desmoronamento do sistema bancário no país.

Na terceira parte do capítulo será mostrada a evolução da indústria bancária do Chile nos anos 1990, marcada por um forte crescimento e aumento da eficiência, pela consolidação do mercado e pela tendência a integração internacional, com o aumento da participação estrangeira na indústria nacional.

Por último, será apresentado o sistema financeiro do México e suas mudanças após a crise cambial de 1994, que exigiu medidas emergenciais para salvar às instituições do perigo de falência.

2.1 Sistema Financeiro da Argentina

As bases do Sistema Financeiro Argentino (SFA) foram estabelecidas por uma reforma financeira implementada em 1977, com a criação da Lei de Entidades Financeiras, seguindo a linha de que os bancos poderiam desenvolver todas as atividades financeiras possíveis, desde que não fossem proibidos (Rivas, 1997, *apud* Studart e Hermann 2001).

Assim, a reforma de 1977 procurou estimular a ampliação do leque das atividades das instituições financeiras, além de incentivar a concentração bancária, permitindo aquisições acionárias entre instituições sem nenhuma limitação, visando ampliar os ganhos de escala e escopo, aumentando a eficiência do setor.

A partir de 1978, o processo de liberalização foi completado, com a ampliação do grau de abertura financeira, por meio de uma série de medidas que eliminavam as barreiras à entrada de capital estrangeiro no país gradativamente, entre elas: permissão de depósito em moeda estrangeira nos bancos argentinos, limitação do prazo mínimo de um ano para captação de empréstimos estrangeiros, etc.

A priori, os resultados foram satisfatórios, pois a captação externa e o crédito doméstico foram fortemente estimulados, porém, posteriormente, o país sofreu uma grave crise bancária, que estendeu-se de 1980 a 1982, gerada tanto pelos fatores ligados ao cenário internacional, quanto aos fatores internos vinculados a política macroeconômica e financeira doméstica.

Internamente, a rápida entrada de recursos em um novo contexto “liberal”, tanto para os bancos, quanto para as autoridades monetárias, dificultou a avaliação e o controle do risco dos empréstimos por ambas as partes, resultando em um rápido aumento do índice de inadimplência sobre dívidas bancárias. Além disso, houve uma significativa redução da capacidade de pagamento do setor exportador, causada pela redução das margens de lucros devido à desvalorização cambial decrescente e o aumento das taxas de inflação. No plano externo, a situação tornou-se desfavorável devido ao segundo choque do petróleo, e a elevação da taxa de juros americana.

Diante de tal situação, houve uma inversão do fluxo de capitais dos países emergentes, devido a insegurança da liquidez. Na Argentina, tal fuga foi beneficiada pela abertura financeira (não impunha restrição a saída de capitais), gerando uma grave escassez de divisas, que obrigou o governo a adotar medidas restritivas emergenciais sobre vários tipos de transações, além da centralização do câmbio.

Em 1989, a Argentina viveu um segundo processo de liberalização, mais radical em termos de abertura cambial. Entre as principais medidas adotadas pelo governo para implementar tal abertura, destacam-se: a concessão de condições de tratamento regulatório, creditício e

tributário semelhantes ao capital nacional, para o capital estrangeiro destinado ao investimento; regulamentação das privatizações das empresas públicas, com incentivo ao investimento estrangeiro; estímulo e regulamentação da captação de depósitos e operações de crédito em dólar pelos bancos domésticos, liberalização do mercado de câmbio; implantação da Lei de Conversibilidade, que instituiu o regime de *currency board*; adoção da paridade de 1 austral para 1 dólar; eliminação dos impostos e outras restrições às operações com títulos mobiliários; independência do Banco Central da república da Argentina (BCRA), vetando sua atuação como o prestador do Tesouro, restringindo-se apenas a prestador de última instância para o sistema bancário em casos excepcionais; liberalização da entrada de novas instituições financeiras; liberalização e regulamentação de operações de investimento financeira em capital estrangeiro, com o mesmo tratamento do capital nacional.

Em suma, entre 1989 e 1990, todos os controles sobre operações domésticas e estrangeiras do Sistema Financeiro Argentino (SFA) impostos durante o período de aumento da inflação e restrições externas foram abolidos. O quadro do país voltou a ser o mesmo da década de 1970, com um sistema aberto ao capital estrangeiro, concentrado e dominado por bancos universais, operando sem restrições legais.

As condições de operação do SFA foram influenciadas ainda por dois fatores conjunturais, a estabilização dos preços obtida pelo Plano de Conversibilidade (*currency board*) e o contexto favorável em termos de liquidez internacional. Sob tais condições favoráveis, o SFA experimentou um período de recuperação, através da remonetização da economia, gerada não

só pela estabilização dos preços, mas pela retomada do fluxo de capital estrangeiro (dolarização da economia).

Neste contexto, os bancos argentinos ficaram expostos a dois tipos de riscos: o associado a retração da renda nacional (já que parte dos recursos financiavam o consumo das famílias- em moeda nacional) e o risco da dolarização do SFA, associado ao descasamento de moedas entre o passivo e o ativos dos bancos nacionais.

O aumento dos juros americanos em 1994 conduziu a crise mexicana, provocando uma reversão dos fluxos de capital para mercados emergentes. Diante da rigidez cambial e seu papel chave como ancora da estabilidade dos preços (não só pela relação direta com os preços dos *tradeables*, mas também por seu efeito sobre as expectativas inflacionárias), o governo tentou de todas as formas preservar o regime e a taxa cambial. Além disso, o elevado grau de dolarização da economia tornou-se um problema sério.

Esta crise de 1995 levou o governo argentino a repensar sobre a vulnerabilidade do Sistema Financeiro do país e sobre a necessidade de reforçar seus mecanismos de defesa. Assim, alguns instrumentos de defesa foram criados, entre eles: o Fundo Fiduciário de capitalização Bancária, que através de recursos públicos buscava fortalecer e capitalizar o sistema financeiro nacional, auxiliando às instituições com problemas de liquidez; o Fundo de Garantia de Depósitos, que a partir recursos privados (originados dos depósitos compulsórios) visava dar uma garantia mínima aos depósitos a vista e a prazo.

Além disso, o Banco Central da República da Argentina reforçou a observância das regras exigidas pelo Acordo da Basileia¹ de 1994 e de outros critérios de liquidez e solvência do SFA (requisitos mínimos de capital e liquidez, avaliação do risco dos ativos bancários, diversificação das carteiras, provisões de empréstimos duvidosos, etc).

O principal foco das mudanças regulatórias após 1995 foi o controle do grau de liquidez, reforçado pela criação de dois novos instrumentos: política de requisitos mínimos de liquidez e o Programa de Contingenciamento de Pases (PCP), que estabeleceu contratos entre instituições financeiras estrangeiras e o Banco Central, propiciando às autoridades argentinas o direito de vender a contraparte, com acordo de recompra, títulos públicos e letras hipotecárias em dólar e receber o pagamento na mesma moeda (linha de crédito de curto prazo). O PCP servia para reforçar a liquidez sistêmica do setor bancário, embora não aumentasse a liquidez dos bancos.

O programa adotado pelas autoridades argentinas pós 1995 apresentou uma série de vantagens, pois aumentou a rentabilidade do SFA; elevou o nível de provisões de créditos duvidosos; aumentou a liquidez do sistema; reduziu o peso dos ativos de risco no total dos ativos dos bancos; permitiu a reestruturação do sistema por meio de concentração; a criação

¹ O Acordo de Basileia, firmado pelos países do G-10 em 1988, tem como objetivo criar regras para diminuir o risco de insolvência bancária. Os bancos devem obedecer os padrões de alocação de capitais em ativos de risco e manter um patamar mínimo de capital patrimonial. O Índice de Basileia avalia a solvência geral de um banco estabelecendo um coeficiente entre ativos, ponderados pelo risco (os ativos financeiros são avaliados de acordo com o risco oferecido, sendo os principais, o risco de crédito e o risco de mercado), e o Patrimônio Líquido da instituição financeira. Conforme definido internacionalmente pelo Comitê da Basileia a porcentagem mínima é de 8%. No Brasil, o Banco Central definiu um mínimo de 11%. Para saber mais sobre o assunto: BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION (BCBS), International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards, BIS, 1988 e- RODRIGUES, R. O Acordo da Basileia: Um Estudo da Adequação de Capital nas Instituições Financeiras Brasileiras, USP, São Paulo, 1998.

do banco universal, concentrado, formado por instituições financeiras de grande porte, sujeitos a controles prudenciais com padrão internacionais.

Esta estrutura do SFA, baseada no banco universal, no aumento do grau de dolarização e na hegemonia das instituições financeiras estrangeiras apresenta algumas vantagens, pois tende a reduzir a fragilidade financeira do sistema, já que passa a incorporar bancos mais sólidos; melhora o acesso do SFA aos recursos externos; traz ao país a experiência de supervisão de bancos internacionais.

Por outro lado, tal estrutura apresenta uma série de riscos que devem ser ressaltados, entre eles:

- O capital investido eleva as despesas do país com remessas de lucros ao exterior e, portanto, o potencial de fragilidade externa;
- Há maior facilidade de retirada dos recursos do país, em casos de incerteza, devido a falta de restrições;
- O compromisso com o câmbio fixo associado ao *currency board* eleva o risco cambial do país.

Assim, a fragilidade do Sistema Financeiro Argentino é grande e intrínseca ao seu regime cambial monetário e ao modelo de regulação adotado (liberdade cambial). Tais fatores tornam o grau de liquidez e segurança do país completamente dependente das condições de acesso aos recursos externos e conseqüentemente ao aquecimento da economia mundial.

2.2 Sistema Financeiro do Brasil

Segundo Studart e Hermann (2001), a estrutura financeira brasileira atual se originou da reforma financeira de 1964/1967, as quais tiveram como objetivo principal complementar o sistema financeiro brasileiro (SFB) constituindo instituições, instrumentos financeiros e regras de operações capazes de desenvolver o setor privado de longo prazo e sustentar o processo de industrialização de forma não inflacionária. Além disso, as reformas buscaram ampliar o grau de abertura da economia para o capital externo.

O fortalecimento e a capitalização dos bancos privados ao longo da década de 1970, porém, não resultou no desenvolvimento de um sistema de crédito privado no Brasil, pois uma série de entraves às operações de longo prazo foi acentuada nos anos 1980, diante da aceleração inflacionária, de tentativas frustradas de estabilização e do desequilíbrio macroeconômico do período, entre eles pode-se destacar: a rígida restrição externa, gerada pelos choques do petróleo e o grave processo de deterioração do setor público, gerado pelo contexto inflacionário e pela restrição externa.

Neste período o autofinanciamento tornou-se a principal forma de geração de recursos do país, reduzindo a participação das instituições bancárias, as quais diversificaram suas atividades para setores não financeiros, criando os grandes grupos econômicos liderados por bancos.

Nos anos 1990, o sistema financeiro nacional passou por uma série de mudanças regulatórias, entre elas: abertura financeira externa; redução das restrições à atuação de investidores

institucionais; programas de reestruturação do setor bancário (Proer e Proes). De acordo com as novas regras, bancos comerciais e bancos de investimento foram autorizados a constituírem, entre si, ou com financeiras e associações de poupanças e empréstimos, uma pessoa jurídica única, formando um banco múltiplo. Além disso, a nova lei extinguiu a carta - patente (instrumento burocrático do governo que autorizava o funcionamento de novas instituições financeiras) e as abertura de novas instituições passou a ser controlada por critérios técnicos. Ainda no âmbito das mudanças regulatórias, uma importante novidade se relaciona com a criação dos fundos de investimento e pensão.

A partir de 1994, a estabilização dos preços fez com que os bancos comerciais e os bancos múltiplos perdessem uma substancial fonte de recursos, representada pelas transferências inflacionárias, geradas pelo significativo *spread* nominal entre taxas passivas e ativas em uma economia inflacionária. Este período, também foi caracterizado pelo redirecionamento dos ativos dos bancos para o setor privado, especialmente para o crédito ao consumidor e comercial, gerado pela retração das taxas de inflação e expansão do consumo.

A adoção do Plano Real, com seu plano de estabilização com base em âncora cambial, exigiu uma elevação do patamar das taxas de juros reais domésticas, as quais foram pressionadas também pelos choques externos (Crise do México e do Sudeste Asiático). Nessas condições o rápido endividamento privado foi acompanhado por um processo de fragilização financeira, traduzido pela gradual corrosão da capacidade de pagamento e refinanciamento dos devedores, decorrente da elevação dos juros e dos seus efeitos sobre a atividade econômica.

Tais desequilíbrios, agravados pela retração do fluxo de capital externo para o país, devido a crise cambial do México, afetaram as instituições bancárias públicas e privadas, gerando crescentes problemas de liquidez no sistema, em especial para bancos menores.

Diante desta situação, a partir de 1995 o sistema bancário brasileiro passou por um processo acelerado de reestruturação, por meio de programas de assistência de liquidez e saneamento financeiro do sistema, estimulando, inclusive, à privatização e/ ou a reestruturação dos bancos estatais. Neste período foram criados dois instrumentos para auxiliar o setor: o Proer (Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro), através do qual o Banco Central disponibiliza recursos provenientes, principalmente, de reservas compulsórias, para que instituições financeiras sólidas adquiram o controle acionário de bancos em dificuldades e o Proes (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária), que abrangia instrumentos e operações específicas para promover o saneamento financeiro dos bancos estaduais, preparando-os para a privatização.

Assim, o atual quadro do sistema financeiro brasileiro apresenta um sistema organizado sob a forma de bancos universais (múltiplos), dominados por grandes conglomerados financeiros privados, com uma atuação bastante significativa, porém declinante, do setor público, especialmente do BNDES, Banco do Brasil e alguns bancos estaduais remanescentes.

2.3 Sistema Financeiro do Chile

A indústria bancária do Chile foi marcada por importantes mudanças nos 1990s, como: forte crescimento e aumento da eficiência; consolidação do mercado e alta concentração e a integração internacional e o aumento da participação estrangeira na indústria nacional.

Segundo Ahumada e Marshall (2000), a penetração e a eficiência são os importantes aspectos do recente desenvolvimento da indústria bancária do Chile. A primeira, medida através de empréstimos e depósitos como percentagem do PIB, é a maior vantagem do país em comparação aos outros da América Latina (o total de empréstimos soma 70% do PIB e dos depósitos 61%). O mesmo ocorre com a taxa de eficiência que cresceu de 61% em 1992 para 58% em 2000.

Uma segunda tendência da indústria bancária chilena nos 1990s foi o aumento da concentração, ou seja, a participação dos cinco maiores bancos no mercado nacional cresceu de 52% em 1992 para 61% em 2000.

Tal movimento de concentração foi gerado através do processo de fusões e aquisições, os quais proporcionaram ganhos de escala para a economia, evitando excessos de capacidade e ineficiência gerados pelo excessivo número de bancos.

Por último, a integração internacional foi uma tendência clara nos 1900's, tanto em volume quanto em composição do financiamento estrangeiro ao setor privado, que cresceu de 20% em

1990 para 40% em 2000. Houve também um aumento da participação do capital estrangeiro no controle da indústria bancária, dos 28 bancos privados no país em 2000, 10 possuem controles domésticos e 18 controle estrangeiros.

Neste contexto, o Banco Central do Chile estabeleceu que os objetivos básicos para a consolidação do sistema bancário seriam a manutenção da estabilidade da moeda e da normal efetivação dos pagamentos nacionais e internacionais. Dessa forma, tal instituição precisou adaptar suas estruturas às novas mudanças apresentadas pela economia e pelo desenvolvimento financeiro, incluindo a globalização financeira e a inovação tecnológica, que são as raízes desta reestruturação da indústria bancária.

Assim, três políticas foram implantadas pelo Banco Central chileno: mudança do regime cambial, integração financeira internacional, desenvolvimento do mercado financeiro.

- **Política Monetária e mudança do regime cambial** – Em Setembro de 1999, o Banco Central abandonou um longo período de regime de bandas cambiais para regime de taxas flutuantes. Esta decisão teve o objetivo de aumentar a capacidade da economia de absorver os choques externos e dar maior independência a política monetária.
- **Integração Financeira Internacional** – O Banco Central adotou uma série de políticas prudenciais para a regulamentação da integração financeira internacional, entre elas pode-se destacar: a redução do período mínimo de um ano para os investimentos estrangeiros permanecerem no país antes da repatriação do principal; instrumentos de denominação em peso dos débitos estrangeiros foram introduzidos; as taxas de juros bancárias de crédito

em derivativos foram estendidas, para domésticos e estrangeiros, especialmente para garantir uma renda fixa dos portfólios e dos empréstimos comerciais. Estas medidas unidas aos efeitos da integração financeira internacional (corte de custos de financiamento, aumento da competição do mercado, flexibilização das restrições em momentos especiais, diversificação do risco e redução da dependência dos preços de exportação) reduzem o risco de concentração bancária.

- **Desenvolvimento do setor financeiro** – Um importante elemento das políticas do Banco Central é o foco no fortalecimento do sistema financeiro doméstico, que visa disciplinar funções que evitem o fracasso do mercado, especialmente o gerenciamento de riscos. Aos poucos, tenta-se incluir medidas de monitoramento de riscos de diversas origens, auxiliando os bancos no desenvolvimento de atividades mais sofisticadas.

Dessa forma, a indústria bancária do Chile está se consolidando, sendo apoiada por políticas necessárias para manter o desenvolvimento competitivo e o fortalecimento da eficiência do mercado.

2.4 Sistema Financeiro do México

Após um longo período de estabilidade e crescimento, os bancos comerciais mexicanos foram nacionalizados por um decreto presidencial em 1982, em meio a uma grande crise econômica. Como bancos nacionalizados, os mesmos estavam sujeitos às restrições e controles do

governo, como: taxas de depósitos e empréstimos reguladas e o requerimento de altos níveis de reservas. O alto déficit fiscal e a dificuldade de acesso aos financiamentos estrangeiros forçaram os bancos a concentrarem-se seus negócios em empréstimos ao setor público, como resultado houve uma redução dos créditos para o setor privado nos 1980s.

No final dos anos 1980s, o governo mexicano iniciou um ambicioso processo de liberalização financeira e desregulamentação, no qual as taxas de depósitos e empréstimos passaram a ser liberadas, a exigência de liquidações de 30% do total das responsabilidades foram eliminadas e os créditos com alocação direcionada foram abolidos. No começo 1990s novas leis de formação e operação dos bancos comerciais e companhias financeiras foram criadas e os bancos foram vendidos para o setor privado. A estratégia de privatização seguiu dois princípios: transparência e maximização dos rendimentos.

Como resultado deste processo de privatização das empresas públicas, o tamanho deste setor sofreu uma redução substancial e conseqüentemente sua necessidade de empréstimos para este setor também reduziu significativamente, liberando uma parcela maior de empréstimos para o setor privado.

Neste contexto, a combinação de diversos fatores macroeconômicos, microeconômicos e institucionais gerou uma série de problemas para os bancos mexicanos antes da desvalorização de 1994². Entre estes fatores pode-se destacar:

² See Gil – Diaz (1998) para saber mais detalhes sobre as origens da crise mexicana de 1994

- O aumento da dívida dos bancos mexicanos juntos aos bancos internacionais (cresceu de \$8 bilhões em 1991 para \$ 16,5 bilhões em 1994 ³).
- Os investidores pagaram 45% a mais que o valor de mercado, pelos bancos mexicanos no processo de privatização, segundo estimativas (Unal e Navarro (1997), *apud* Graf (1999)) e, portanto, tinham pressa para recuperar o investimento.⁴
- A rápida e abrangente correção do desequilíbrio, que gerou uma redução do déficit fiscal de 8% do PIB em 1987 para um superávit de 1% em 1993, além de diminuir o crédito para o setor público de 14% do PIB em 1987 para aproximadamente 2% em 1993 (Graf 1999).
- O processo de liberalização financeira ocorreu sem que medidas eficazes de supervisão e regulamentação do sistema bancário fossem adotadas, o que permitiu aos bancos a concessão de altos volumes de empréstimos sem análises de crédito eficientes, que resultavam em inadimplência futura.

A frágil situação dos bancos mexicanos foi agravada ainda mais com a desvalorização do peso em dezembro de 1994 e seus efeitos sob as taxas de juros, inflação e a renda. Com a elevação da taxa de inflação, das taxas de juros nominais e a queda dos salários reais, as dificuldades dos devedores honrarem seus pagamentos aumentaram.

³ Graf (2002) p 165

⁴ Muitos dos investidores que buscam rápida recuperação de seus investimentos não possuíam experiência alguma para administrar o novo negócio.

Diante de tal situação, as autoridades monetárias implantaram uma série de programas para evitar um colapso, tentando prevenir uma diminuição drástica dos empréstimos internacionais para o México e manter uma reserva de capital dos bancos acima de um nível mínimo.

Sucessivos programas foram implementados no intuito de recuperar a confiança dos investidores na estabilidade do sistema, entre eles:

- Programa de Ação Imediata, que se baseou fundamentalmente na obtenção de empréstimo do Banco Central Mexicano junto ao FMI e outros países (aumento da liquidez) e a criação do FOBAPROA (agência do governo responsável pela negociação com bancos insolventes), que permitia certa capitalização temporária de instituições com problemas.
- Programa de Suporte aos Bancos, que através da FOBAPROA propiciava aos bancos mecanismos de aquisição de empréstimos e capitalização. Tal programa previa também a intervenção das autoridades monetárias em algumas instituições que apresentavam dificuldades em continuar operando.
- Programa de Suporte aos Devedores, através da reestruturação dos empréstimos em unidades de investimentos (UDIs), uma nova unidade de conta indexada a um *short lag*, para que o valor real da dívida se mantivesse constante. O governo implantou também programas especiais focados em devedores em bancos, em devedores de empréstimos hipotecários e em setores específicos, como a agricultura.

Em 1995 uma nova regulamentação foi implementada e os bancos tiveram que provisionar 60% da dívida antiga ou 4% do total de portfólio. Para facilitar a injeção de capital no sistema

financeiro, reformas na estrutura acionária dos bancos foram permitidas, aumentando o limite acionário individual e de investidores estrangeiros. No entanto, tais mudanças não permitiram que investidores estrangeiros assumissem o controle das instituições.

Nos últimos anos, muitos bancos mexicanos têm participado do processo de fusões ou aquisições, que tem sido comandado pelas autoridades financeiras no esforço de salvar algumas instituições financeiras que estão com problemas de solvência e liquidez. O papel dos bancos estrangeiros tem sido significativo neste processo, uma vez que já possuem uma grande fatia do mercado mexicano. Entre as principais instituições estrangeiras presentes no México, pode-se destacar: Citibank, Banco do Canadá, Nova Escócia e os Bancos espanhóis BBVA e SCH.

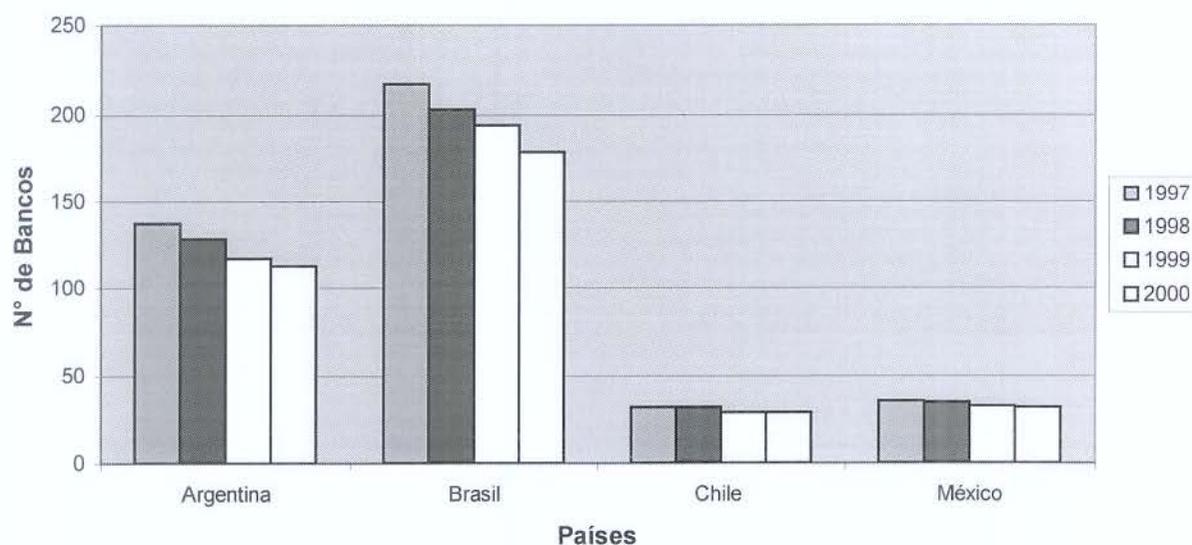
Atualmente, o sistema bancário do México ainda encontra-se em um processo de recuperação e segundo Yacamán (2001) será necessário capital adicional para que a indústria bancária nacional aproveite as oportunidades de expansão deste setor, pois com aumento da competitividade e a redução das margens de lucro, os bancos serão forçados a reduzir seus custos operacionais. De acordo com o autor, um caminho para se realizar com êxito este processo seria promover a consolidação do sistema e atrair maior volume de capital estrangeiro no país.

2.5 Análise Comparativa dos países analisados

Conforme apresentado no item anterior, todos os países analisados (Argentina, Brasil, Chile e México) passaram por mudanças significativas nos 1990's, as quais conduziram um processo de concentração dos sistemas bancários nacionais, promovendo uma redução do número de instituições e uma maior concentração do sistema bancário nas mãos de poucos grandes bancos.

Gráfico 3

***Evolução dos números de bancos
entre os anos de 1997 e 2000***



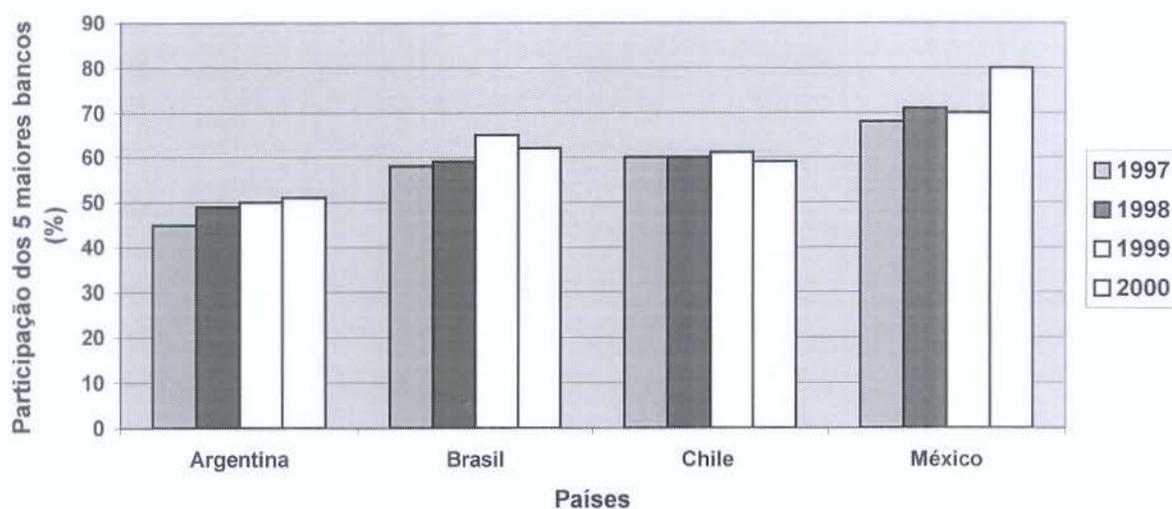
Fonte: Gazeta Mercantil (11/04/2002 Caderno B2)

O Brasil e a Argentina foram os países que sofreram a maior redução do número de instituições, diminuindo 18% no período analisado. No Brasil o número de bancos caiu de 217 para 179 e na Argentina de 137 para 113.

Houve também, neste período, um significativo aumento da concentração no setor bancário nos países analisados, principalmente no México, onde os cinco maiores bancos possuíam 80% de participação no mercado bancário nacional em 2000. O Brasil também merece destaque, uma vez que no mesmo ano, os 5 maiores bancos possuíam 62% de participação, conforme apresenta o gráfico abaixo. Segundo o presidente da Austin Asis em entrevista ao jornal Gazeta Mercantil em 11 de abril de 2002, a diferença do processo de consolidação do entre o México e o Brasil é que no primeiro, após a crise de 1994, as instituições estrangeiras lideraram o processo, enquanto no Brasil o mesmo está sendo liderado pelos grandes bancos de varejo.⁵

Gráfico 4

Evolução da participação dos 5 maiores bancos no mercado



Fonte: Gazeta Mercantil (11/04/2002 Caderno B2)

⁵ Os dados referente a participação dos 5 maiores bancos no mercado e da participação do capital externo estão apresentados da seguintes maneira: Argentina e do Brasil representam % do total de depósitos, Chile % do total de empréstimos e o México % do total de ativos.

Tal processo de concentração das instituições financeiras nos 1990's ocorreu principalmente através das fusões e aquisições, nas quais as instituições maiores incorporaram as menores, com dificuldades de concorrência.

Tabela 3

Fusões e Aquisições Bancárias				
	Números		Valor (US\$ bi)	
	1990-96	1997-99	1990-96	1997-99
Brasil	8	38	1	84
Chile	6	6	1	1
México	5	7	7	22

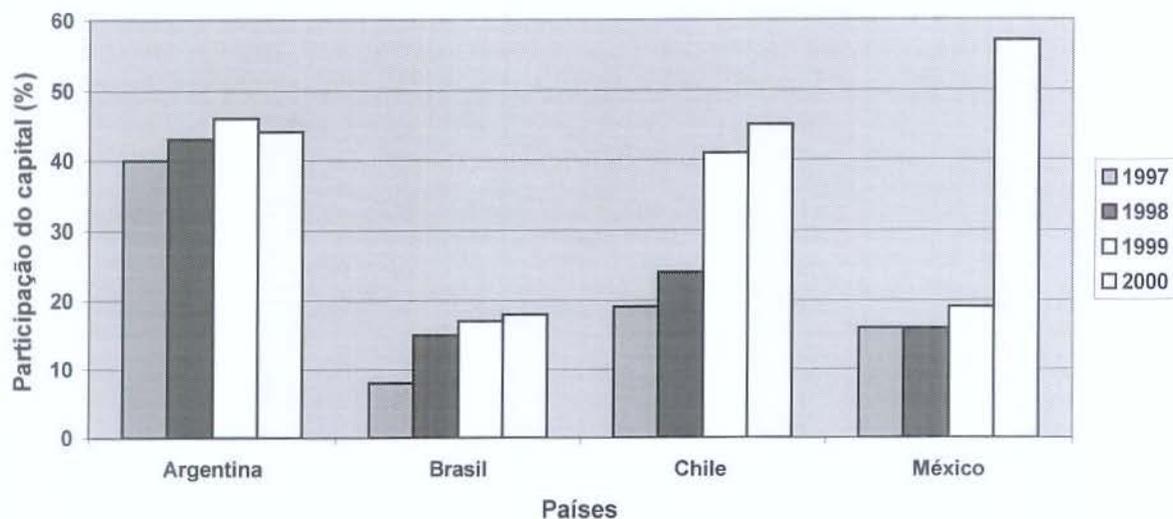
Fonte : Bis Paper 4 elaborado a partir de dados dos Bancos Centrais

* Não possuímos os dados da Argentina

De acordo com o gráfico abaixo, a participação do capital estrangeiro por ativos vem aumentando consideravelmente a partir de 1997 nos países analisados, principalmente no México, onde o capital externo possuía 57% de participação no mercado nacional por ativos em 2000.

Gráfico 5

Evolução da participação do capital externo



Fonte: Gazeta Mercantil (11/04/2002 Caderno B2)

A performance diferenciada dos bancos domésticos, estatais e estrangeiros nos países analisados pode ser observada na tabela abaixo, que apresenta uma comparação do retorno médio dos ativos, dos custos operacionais e dos gastos com captação.

Tabela 4

Performance dos bancos Média de 1994-99			
	Bancos Domésticos	Bancos Estatais	Bancos Estrangeiros
Retorno médio dos ativos			
Argentina	-1,1	0,6	-0,5
Brasil	3,2	-0,5	2,7
Chile	1,2	0,8	1,1
México	0,2	0	-0,9
Custos Operacionais - % do total de ativos			
Argentina	7,5	8,1	8,4

Brasil	7,1	4,6	8,6
Chile	8	3,6	4,5
México	4,3	0	4,8
Gastos de captação – como % do total de depósitos			
Argentina	6,2	9,6	9,4
Brasil	27	53,2	51
Chile	11	9,9	10,8
México	14,6	0	27,2

Fonte : Bis Paper 4 elaborado a partir de dados dos Bancos Centrais

Conforme a tabela, pode-se observar que o México não possui bancos estatais, graças ao processo de privatização promovido no início dos anos 1990's. Além disso, pode-se notar ainda, que com exceção da Argentina, os bancos estatais apresentam resultados piores que os domésticos e estrangeiros, principalmente no que se refere a gestão de crédito, pois tais bancos são os maiores financiadores da população, sem tanta exigência de garantias como os bancos privados.

2.6 Conclusão

Dentre as mudanças apresentadas na indústria bancária dos diferentes países na década de 1990, pode-se perceber uma forte tendência à liberalização, concentração e internacionalização da indústria bancária. Os bancos universais e o aumento da penetração de bancos estrangeiros nas economias domésticas são reflexos deste processo, que vem ocorrendo de forma diferenciada e em diferentes níveis em cada país analisado.

Entre os principais bancos estrangeiros presentes nos países analisados, o grupo Santander Central Hispano, instituição focada neste trabalho, merece destaque, sendo a maior instituição financeira estrangeira na América Latina.

*Capítulo 3 - Análise dos indicadores de desempenho do Grupo Santander
Central Hispano nos países analisados – Argentina, Brasil, Chile e México*

Introdução

Nos últimos anos, o mercado bancário na América Latina tornou-se muito competitivo e concentrado, provocando uma significativa pressão pela redução dos ganhos bancários. Assim, para sobreviver neste mercado e evitar a queda dos lucros, as instituições bancárias estão buscando elevar cada vez mais suas taxas de eficiência, reduzindo os custos operacionais relativos.

Diante disto, através do cálculo e análise comparativa de alguns indicadores de desempenho do grupo SCH nos países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile e México), pretende-se de entender o resultado do processo de ingresso e consolidação do grupo nesta região.

3.1 Apresentação dos indicadores de desempenho

Os indicadores adotados para o cálculo das taxas de eficiência das instituições bancárias pertencentes ao grupo Santander Central Hispano nos diferentes países analisados (Argentina, Brasil, Chile, México) são os seguintes:

- a) eficiência operacional (despesas operacionais/ receitas operacionais), usado para medir a eficiência do banco em seu papel de intermediação financeira;
- b) razão custo (especificamente despesas administrativas e de pessoal)/receita total, indicador utilizado para medir a eficiência bancária, abrangendo tanto as atividades de intermediação financeira, como as outras atividades não relacionadas diretamente à intermediação;
- c) custo total/ receita total, utilizado para medir a eficiência da instituição, comparando seus gastos totais às suas arrecadações.

Os dados para a realização dos cálculos foram obtidos a partir de balanços do grupo nos países analisados, convertidos em dólar (em anexo), de acordo com as seguintes paridades, retiradas do Sisbacen:

31/12/1999 – 1 Dólar americano para 1,00193 Pesos argentinos

1 Dólar americano para 1,7890 Reais

1 Dólar americano para 530,860 Pesos chilenos

1 Dólar americano para 9,48894 Pesos mexicanos

29/12/2000 - 1 Dólar americano para 1,00047 Pesos argentinos

1 Dólar americano para 1,95540 Reais

1 Dólar americano para 575,248 Pesos chilenos

1 Dólar americano para 9,64425 Pesos mexicanos

31/12/2001 - 1 Dólar americano para 1,00110 Pesos argentinos

1 Dólar americano para 2,32040 Reais

1 Dólar americano para 662,823 Pesos chilenos

1 Dólar americano para 9,18834 Pesos mexicanos

3.2 Cálculo e análise dos indicadores de desempenho

3.21 Eficiência Operacional

O primeiro indicador apresentado é a taxa de eficiência operacional na qual divide-se o total de despesas operacionais pelo total de receitas operacionais, para medir a eficiência do Grupo SCH em seu papel de intermediador financeiro nos países analisados – Argentina, Brasil, Chile e México (quanto menor for o resultado alcançado, melhor será a taxa de eficiência da instituição). De acordo com a tabela abaixo, as taxas apresentadas para o período analisado foram as seguintes.

Tabela 5

Eficiência Operacional

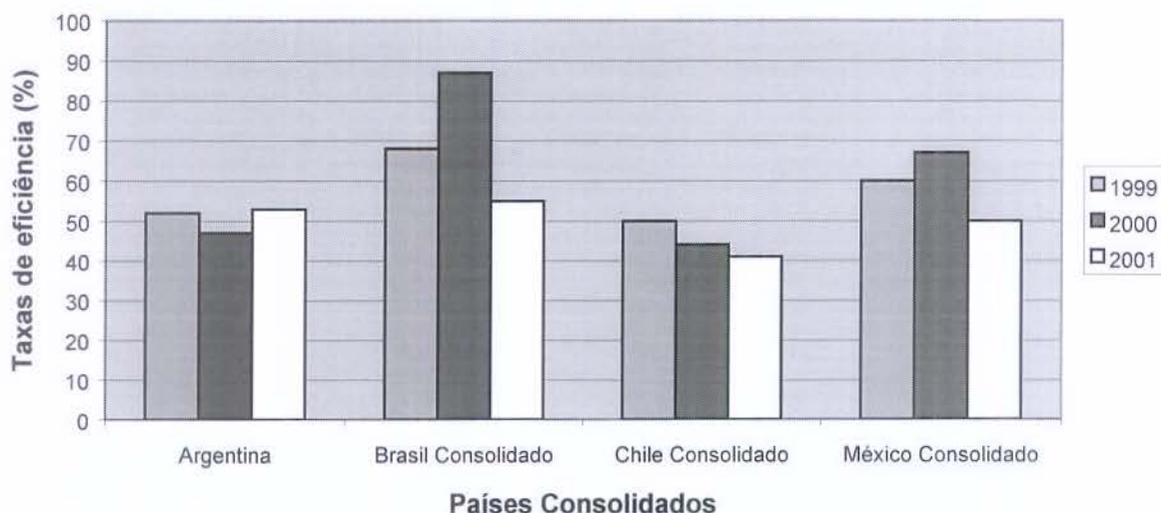
	1.999	2.000	2.001
Argentina	52	47	53
Brasil - Santander Brasil	68	61	71
Meridional		123	60
Banespa		92	50
Brasil Consolidado	68	87	55
Chile - Santander Chile	48	45	39
Santiago	51	44	42
Chile Consolidado	50	44	41
México - Banco Mexicano	60	62	49
Serfin		70	51
México Consolidado	60	67	50

Conforme a tabela acima, pode-se perceber que o Grupo SCH apresentou uma significativa melhora de seu índice de eficiência relacionado a função de intermediador financeiro no Brasil, Chile e México, graças a políticas de contenção de custos e agressividade comercial,

para conquista de novos clientes. No caso da Argentina, seu resultado foi fortemente afetado pela situação de recessão econômica em que o país se encontra.

Gráfico 6

Taxas de eficiências operacionais



O gráfico acima permite melhor visualização da evolução das taxas de eficiência operacional do Grupo SCH nos países analisados no período de 1999 a 2001.

Na Argentina, como já mencionado, o Grupo SCH, representado pelo Banco Rio de la Plata, apresentou uma queda em sua taxa de eficiência em seu papel de intermediador financeiro, passando de 47% -2000 para 53% - 2001. Tal queda deve-se essencialmente ao ambiente de recessão econômica do país, a instabilidade dos mercados, o aumento do prêmio de risco soberano e a desvalorização do peso argentino, que afetaram os resultados do Grupo, ampliando seus gastos financeiros e reduzindo sua margem operacional. Diante deste quadro,

o Grupo SCH adotou algumas medidas estratégicas, tentando reverter tal situação entre elas: preservação dos níveis de liquidez; otimização do volume e estrutura dos recursos próprios; redução do risco soberano; reforço dos controles de risco de crédito.

No Brasil, o Grupo representado por três instituições -Banco Santander Brasil, Banco Meridional e Banespa, mostrou significativa elevação de sua eficiência operacional, passando de 87% em 2000 para 55% em 2001, destacando -se o Banco Meridional (adquirido em 2000), que dobrou seu indicador de eficiência na intermediação financeira. O Plano de Desligamento Voluntário foi muito importante em 2001, pois foi aderido por mais de 8.000 funcionários, reduzindo os gastos operacionais. O Programa de Renovação tecnológica, somado a recuperação comercial (aumento dos gerentes de negócios e gestão de clientes) também foram importantes neste ano. Assim, com a expansão comercial e a redução dos custos permitiram que o Grupo apresentasse uma significativa melhora de eficiência em sua atividade bancária.

No Chile, tanto o Banco Santander Chile, como o Banco Santiago, tiveram melhora de eficiência, refletindo no resultado consolidado do Grupo no país, que apresentou um índice de eficiência operacional elevado de 44% em 2000, para 41% em 2001. Tal melhora deve-se essencialmente a redução dos custos de 14% de 2000 para 2001, pela simplificação e barateamento dos processos operacionais e pelo aumento da fidelização dos clientes, permitindo ampliação dos negócios.

No México, o Grupo Santander Central Hispano, por intermédio do Banco Serfin e do Santander Mexicano, vem obtendo bons resultados, aumentando seu índice de eficiência operacional de 67% em 2000 para 50% em 2001. Tal evolução baseou-se na redução de custos e no desenvolvimento crescente da capacidade comercial.

3.22 – Eficiência Bancária - Razão custo operacional/ receita total

O segundo indicador utilizado é a razão entre custos operacionais / receita total, necessário para medir a eficiência das instituições em todas as suas atividades, tanto de intermediação financeira, como em outras não relacionadas diretamente à intermediação (quanto menor o indicador, melhor é a eficiência da instituição). A tabela abaixo mostra as taxas de eficiência bancária para os países analisados no período de 1999 a 2001. Segunda a mesma, pode-se notar uma sensível melhora das taxas do Grupo nos países analisados no ano de 2001, exceto na Argentina, que manteve seu índice nos mesmos patamares do ano anterior.

Tabela 6

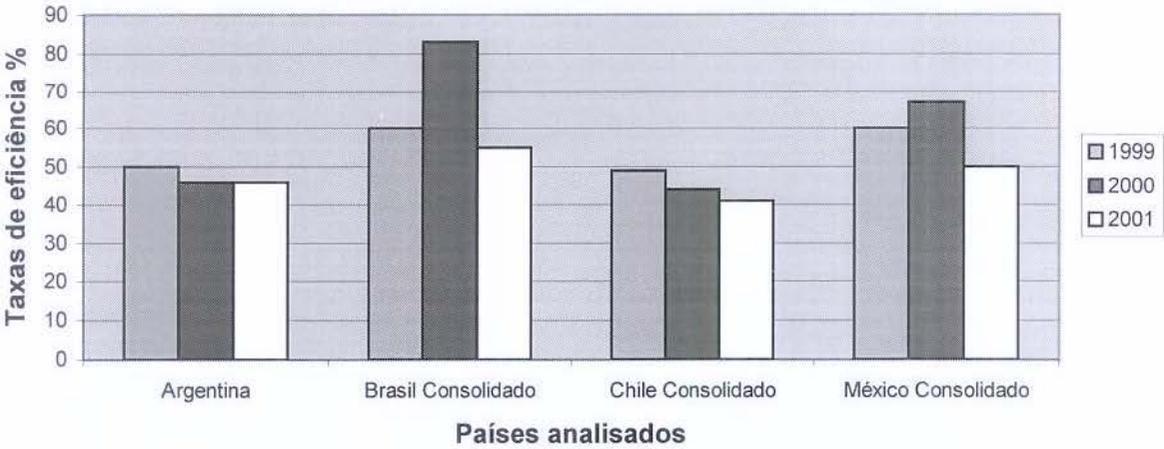
Razão custo operacional/ receita total

	1999	2000	2001
Argentina	50	46	46
Brasil - Santander Brasil	60	57	71
Meridional		87	58
Banespa		90	50
Brasil Consolidado	60	83	55
Chile - Santander Chile	46	45	39
Santiago	51	44	42
Chile Consolidado	49	44	41
México - Banco Mexicano	60	60	49
Serfin		69	51
México Consolidado	60	67	50

Segundo o gráfico abaixo, o Brasil foi o país que teve a melhor evolução dos índices de eficiência passando de 83% em 2000, para 55% em 2001. O Banco Meridional e o Banespa foram os grandes responsáveis por este resultado, já que seus custos com pessoal foram reduzidos e suas receitas ampliaram. Tais bancos foram adquiridos pelo grupo em 2000 e desde então sofreram um processo de reestruturação, tanto avanço tecnológico, quanto de redução de pessoal, permitindo a obtenção destes resultados.

Gráfico 7

**Taxas de eficiência do grupo SCH
razão custo operacional/receita total**



3.23 Razão custo total/receita total

O terceiro indicador é a razão custo total/ receita total, usado para verificar a eficiência global da instituição, comparando seus gastos e suas receitas. Da mesma forma que os anteriores,

quanto menor for o índice, melhor é a eficiência da instituição. A tabela abaixo apresenta os indicadores com as mesmas características dos anteriores, graças aos mesmos motivos de geração.

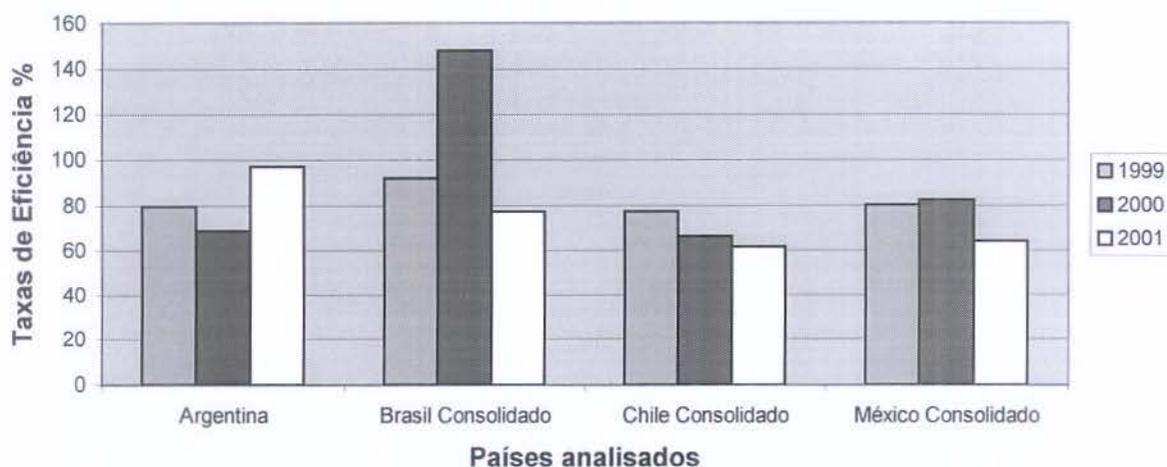
Tabela 7

Razão custo total/receita total

	1999	2000	2001
Argentina	79	69	97
Brasil - Santander Brasil	97	82	107
Meridional		112	98
Banespa		175	67
Brasil Consolidado	92	148	77
Chile - Santander Chile	73	64	61
Santiago	81	69	62
Chile Consolidado	77	66	61
México - Banco Mexicano	80	75	70
Serfin		87	60
México Consolidado	80	83	64

Gráfico 8

**Evolução dos indicadores de eficiência
razão custo total/receita total**



O gráfico acima permite melhor visualização do indicador analisado, mostrando novamente a significativa melhora dos resultados apresentados pelo Brasil e a evolução negativa da Argentina.

Em suma, o Grupo Santander Central Hispano vem obtendo uma significativa melhora em seus índices de eficiência, no Brasil, Chile e México, graças a arrochada política de redução de custos e agressividade comercial, ampliando sua margem e reduzindo seus custos. Na Argentina tais índices apresentaram declínio ou estagnação (eficiência bancária razão custo operacional/receita total), devido a recessão econômica do país, o aumento do risco país, a desvalorização do peso e a instabilidade dos mercados, que afetaram os resultados do grupo.

Conclusão

O intenso processo de internacionalização financeira ocorrido nos anos 1990, através do qual as instituições bancárias passaram a instalar filiais em outros países, pode ser notado pelo grande volume de investimentos do grupo Santander Central Hispano na América Latina neste período, o qual instalou suas filiais na Argentina, Bahamas, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, México, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Uruguai, Venezuela.

Vários estudos (Canals, (1997), Calderón e Casilda (2000); Rocha (2002); Jones (1990); Calvo (1993), Chuhan, Fernandez-Arias *apud* Jeanneau e Micu (2002)) foram elaborados no intuito de explicar as razões deste movimento, porém ainda não houve um consenso sobre os reais motivos que levaram instituições a aventurarem-se em novos países e novos mercados. Entre as razões apresentadas pode-se destacar a que, segundo Calderón e Casilda (2000), possivelmente contribuiu para o crescimento do Grupo Santander Central Hispano na América Latina, que defende a internacionalização como uma forma de reação de um banco à expansão do seu concorrente, no caso analisado, o Grupo SCH ampliou seus investimentos em reação a expansão do grupo espanhol BBV.

Através de uma estratégia de fusões e aquisições o grupo analisado consolidou sua participação na América Latina, principalmente na Argentina, Brasil, Chile e México, os maiores mercados financeiros da região e instrumento de análise deste trabalho.

Os sistemas financeiros destes países sofreram uma série de mudanças nos anos 1990, caracterizadas pela tendência à liberalização, a concentração e a internacionalização da indústria bancária.

O aumento do nível de concentração no setor bancário nos países analisados pode ser observado a partir do crescimento da participação dos cinco maiores bancos nos mercados nacionais, em 2000 os mesmos detinham mais de 50% de participação, com destaque no México, em que os cinco maiores bancos detinham 80% do total de ativos do país. O crescimento da participação dos bancos estrangeiros também foi significativo no final dos anos 90, destacando-se novamente o México com 57% de participação estrangeira no total de ativos.

Diante deste mercado competitivo e concentrado, as instituições bancárias estão buscando elevar cada vez mais suas taxas de eficiência, reduzindo os custos operacionais relativos, no intuito de obter maiores ganhos, já que o aumento da concorrência reduz as taxas bancárias. Neste contexto, o Grupo Santander Central Hispano, instituição em análise neste trabalho, vem adotando tal estratégia para consolidar-se como maior grupo financeiro estrangeiro na América Latina.

Conforme dados calculados no Capítulo 3, observa-se uma tendência de evolução positiva dos indicadores de desempenho do grupo nos países analisados com passar dos anos, mesmo com todos os problemas enfrentados pela região em 2001. A recessão econômica da Argentina

acentuou-se neste ano, o risco do país aumento, o peso argentino desvalorizou-se frente ao dólar, etc.

É importante ressaltar ainda que a volatilidade cambial não afetou apenas a Argentina, mas, também a maioria dos países latino-americanos (com exceção do peso mexicano e novo sol peruano) teve suas moedas locais desvalorizadas frente ao dólar, principalmente o Brasil e o Chile.

Tais acontecimentos influíram no resultado do grupo na região, no entanto, graças às políticas de contenção de custos (tanto com gastos gerais, quanto com pessoal) e ao aumento da agressividade comercial, através da conquista de novos clientes e da busca por maior fidelidade dos clientes já existentes, o SCH vem aumento sua eficiência na região e obtendo bons lucros.

Diante disto, pode-se concluir que há uma tendência a convergência entre as taxas de eficiência das instituições bancárias pertencentes ao grupo Santander Central Hispano nos diferentes países analisados (Argentina, Brasil, Chile, México) e as mesmas são influenciadas diretamente pelo controle de custos operacionais.

Bibliografias

- AHUMADA, A e MARSHALL, J. *The banking industry in Chile: competition, consolidation and systemic stability*. Bis Paper 4,2001.
- BANCO CENTRAL DO CHILE. *Evolución de la Economía en 1999 y Perspectivas para el 2000*. Chile. 1999.
- BANCO SANTANDER. *Annual Report, 2000*.
- BANCO SANTANDER. *Annual Report, 2001*.
- BURDISO, T., D' AMATO, L., MOLINARI A. *Privatización de bancos en Argentina: ¿ El camino hacia una banca más eficiente?* Banco Central de la República Argentina, 1998.
- CALDERÓN, A.& CASILDA, R. *La estrategia de los bancos españoles en América Latina*. Revista de la CEPAL, n° 70, April, 2000.
- CANALS, J. *Universasl Banking : International comparisons and theoretical perspectives*. Oxford: Claderon Press, 1997
- DE PAULA, L.F.R. *A Recente onda de bancos europeos no Brasil: Determinantes e Impactos*. Oxford: University of Oxford, 2001.
- DE PAULA, L.F.R. *Expansion Strategies of Banks to Brazil and Their Impacts on the Brazilian Bnaking Sector*.Oxford: University of Oxford''s Centre for Brazilian Studies,2001.
- FREITAS, M. CRISTINA P. *Abertura Financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México*. Campinas: IE/ Unicamp. Economia e Sociedade n°11, 1998.

- GRAF, P. *Policy responses to the banking crisis in Mexico*. Bis, 1999
- GUIMARÃES, P. *Brazil – Restructuring and Consolidation*. Latin American Equity Research. São Paulo: Santander Central Hispano Investment, 2001.
- JEANNEAU, S. e MICU, M. *Derminants of international bank lending to emerging market countries*. Bis Working Papers, nº 112. 2002.
- JONES, G. Banks as Multinationals. In: JONES (Org.) *Banks as Multinationals*. London: Routledge, 1990.
- MANSO, L. F. Grandes bancos detêm 67% dos ativos totais. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 11 de abril de 2002, Página B-2.
- PUGA, F.P. *Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial*. Textos para Discussão nº 68. Rio de Janeiro : NNDES, 1999.
- ROCHA, F. A.S. *Desnacionalização Bancária no Brasil (1997-2000)*. Campinas, SP: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2002, 208p. (Tese, Dissertação de Mestrado).
- ROSE, P.S. *Commercial Bank Management*. Texas A & M University. 1999
- SEBASTIAN, M. & HERNANDEZ. *The Spanish bank's strategy in Latin America*, SUERF Studies nº9, 2000.
- STUDART, R. & HERMANN, J. *Estrutura e Operação dos Sistemas Financeiros no MERCOSUL: Perspectivas a Partir das Reformas Institucionais dos Anos 1990*. Texto para discussão IPEA.

YACAMÁN, J.M. *Competition and consolidation in the Mexican banking industry after the 1995 crisis*. Bis Paper n°4,2001.

Anexo I

Argentina				
Ano	Credito/PIB (em %)	Número de Bancos	Fatia dos 5 maiores % por depósitos	Capital externo % por depósitos
1997	30	137	45	40
1998	33	128	49	43
1999	36	117	50	46
2000	34	113	51	44
Brasil				
Ano	Credito/PIB (em %)	Número de Bancos	Fatia dos 5 maiores % por depósitos	Capital externo % por depósitos
1997	43	217	58	8
1998	56	203	59	15
1999	53	194	65	17
2000	51	179	62	18
Chile				
Ano	Credito/PIB (em %)	Número de Bancos	Fatia dos 5 maiores % por empréstimos	Capital externo % por empréstimos
1997	66	32	60	19
1998	69	32	60	24
1999	72	29	61	41
2000	75	29	59	45
México				
Ano	Credito/PIB (em %)	Número de Bancos	Fatia dos 5 maiores % ativos	Capital externo % ativos
1997	37	36	68	16
1998	34	35	71	16
1999	29	33	70	19
2000	26	32	80	57

Fonte: Gazeta Mercantil (11/04/2002 Caderno B2)

Anexo II-Balancos em Dólar

Argentina - Banco Rio de La Plata			
	1999	2000	2001
	US\$ Mil	US\$ Mil	US\$ Mil
Resultados			
Margem de intermediação	547.821	595.704	606.511
Comissões líquidas	209.378	251.804	303.699
Margem Básica	757.199	847.508	910.210
Resultados por operações financeiras	61.993	60.113	(110.991)
Margem Ordinária	819.192	907.620	799.219
Despesas gerais de Administração	(427.072)	(423.091)	(420.341)
Pessoal	(244.700)	(241.674)	(244.583)
Outras Despesas Administrativas	(182.372)	(181.417)	(175.758)
Amortizações	(72.852)	(67.938)	(67.059)
Outros Resultados Operacionais	(24.998)	(21.063)	(23.824)
Margem Operacional	294.270	395.528	287.995
Res. líq. por equivalência Patrimonial	35.553	0	0
Outros Resultados	(20.648)	6.344	(43.379)
Provisões Líquidas	(129.097)	(113.981)	(218.662)
Amortizações fundo de comercio	(4.563)	0	0
Lucro antes dos impostos	175.515	287.891	25.953
Lucro Líquido	86.596	207.498	(10.194)
Balanco			
Operações de Crédito	6.256.349	6.205.200	5.921.614
Instituições de Crédito	2.281.032	1.800.824	1.664.277
Carteira de valores	1.796.086	2.509.359	546.343
Imobilizado	485.627	411.850	373.298
Outras contas do ativo	359.700	303.257	390.100
Total Ativo/ Passivo	11.178.793	11.230.490	8.895.633
Depósitos	6.616.839	6.564.908	5.361.508
Valores negociáveis	1.119.465	990.338	1.033.863
Passivos Subordinados	0	0	0
Instituições de credito	1.746.576	1.996.484	1.119.697
Outras contas do passivo	458.373	339.753	320.285
Capital e reserva do grupo(Lucro exerc)	1.237.539	1.339.007	1.060.280

Fonte Anual Report 2000 e 2001 Grupo SCH

Brasil - Banco Santander Brasil			
	1999	2000	2001
	US\$ Mil	US\$ Mil	US\$ Mil
Resultados			
Margem de intermediação	386.644	350.440	263.841
Comissões Líquidas	116.282	115.705	111.595
Margem Básica	502.926	466.146	375.437
Resultados por operações financeiras	(31.306)	(24.923)	7.458
Margem Ordinária	471.620	441.222	382.895
Despesas gerais de Administração	(318.913)	(267.789)	(271.002)
Pessoal	(202.756)	(165.971)	(157.833)
Outras Despesas Administrativas	(116.157)	(101.819)	(113.169)
Amortizações	(42.332)	(36.094)	(33.619)
Outros Resultados Operacionais	(12.856)	(14.958)	(14.196)
Margem Operacional	97.519	122.381	64.077
Res. líq. por equivalência Patrimonial	26.835	0	0
Outros Resultados	(1.348)	2.911	(26.214)
Provisões Líquidas	(80.868)	(40.656)	(62.859)
Amortizações fundo de comercio	0	0	0
Lucro antes dos impostos	42.139	84.636	(24.996)
Lucro Líquido	24.275	48.950	(27.581)
Balanço			
Operações de Crédito	711.856	2.349.460	2.363.016
Instituições de Crédito	2.314.381	2.132.567	2.125.819
Carteira de valores	422.027	4.270.995	3.774.298
Imobilizado	1.129.125	315.439	267.385
Outras contas do ativo	6.532.118	776.069	1.591.336
Total Ativo/ Passivo	6.532.118	9.844.530	10.121.852
Depósitos	2.209.769	2.289.268	2.328.406
Valores negociáveis	494.372	577.612	698.148
Passivos Subordinados	0	0	0
Instituições de credito	2.401.830	5.961.743	5.015.441
Outras contas do passivo	802.902	296.383	1.110.960
Capital e reserva do grupo(lucro exerc)	623.247	719.524	537.937

Fonte Anual Report 2000 e 2001 Grupo SCH

Brasil - Banco Meridional			
	1999	2000	2001
	US\$ Mil	US\$ Mil	US\$ Mil
Resultados			
Margem de intermediação	0	101.378	144.665
Comissões líquidas	0	53.645	41.051
Margem Básica	0	155.023	185.716
Resultados por operações financeiras	0	(26.401)	(3.819)
Margem Ordinária	0	128.622	181.897
Despesas gerais de Administração	0	(158.788)	(108.540)
Pessoal	0	(70.571)	(54.167)
Outras Despesas Administrativas	0	(88.217)	(54.373)
Amortizações	0	(5.560)	(6.049)
Outros Resultados Operacionais	0	(4.066)	(2.754)
Margem Operacional	0	(39.792)	64.554
Res. líq. por equivalência Patrimonial	0	0	0
Outros Resultados	0	(10.840)	(29.668)
Provisões Líquidas	0	28.398	(31.348)
Amortizações fundo de comercio	0	0	0
Lucro antes dos impostos	0	(22.234)	3.538
Lucro Líquido	0	(4.038)	21.034
Balanco			
Operações de Crédito	0	286.204	264.170
Instituições de Crédito	0	618.960	266.564
Carteira de valores	0	615.675	518.486
Imobilizado	0	71.692	59.622
Outras contas do ativo	0	378.046	462.895
Total Ativo/ Passivo	0	1.970.578	1.571.737
Depósitos	0	603.189	419.619
Valores negociáveis	0	0	0
Passivos Subordinados	0	0	0
Instituições de credito	0	226.163	484.485
Outras contas do passivo	0	753.337	316.328
Capital e reserva do grupo(lucro exerc)	0	387.889	351.304

Fonte Anual Report 2000 e 2001 Grupo SCH

Brasil - Banco Banespa			
	1999	2000	2001
	US\$ Mil	US\$ Mil	US\$ Mil
Resultados			
Margem de intermediação	0	948.074	1.096.484
Comissões líquidas	0	414.235	309.495
Margem Básica	0	1.362.309	1.405.980
Resultados por operações financeiras	0	(41.219)	54.675
Margem Ordinária	0	1.321.090	1.460.655
Despesas gerais de Administração	0	(1.220.894)	(726.609)
Pessoal	0	(947.946)	(502.050)
Outras Despesas Administrativas	0	(272.948)	(224.559)
Amortizações	0	(25.225)	(26.278)
Outros Resultados Operacionais	0	(14.623)	(12.284)
Margem Operacional	0	60.349	695.484
Res. Líq. por equivalência Patrimonial	0	0	0
Outros Resultados	0	(844.593)	(168.125)
Provisões Líquidas	0	(231.874)	(42.715)
Amortizações fundo de comercio	0	0	0
Lucro antes dos impostos	0	(1.016.118)	484.644
Lucro Líquido	0	(1.066.674)	469.400
Balanco			
Operações de Crédito	0	2.117.776	2.094.938
Instituições de Crédito	0	1.242.744	1.352.909
Carteira de valores	0	8.475.986	6.697.111
Imobilizado	0	278.670	345.414
Outras contas do ativo	0	2.673.880	2.069.766
Tota Ativo/ Passivo	0	14.789.056	12.560.138
Depósitos	0	6.287.008	3.981.260
Valores negociáveis	0	0	0
Passivos Subordinados	0	0	0
Instituições de credito	0	1.911.512	2.412.717
Outras contas do passivo	0	6.616.875	4.876.407
Capital e reserva do grupo(lucro exerc)	0	(26.340)	1.289.754

Fonte Anual Report 2000 e 2001 Grupo SCH

Brasil - Consolidado			
	1999	2000	2001
	US\$ Mil	US\$ Mil	US\$ Mil
Resultados			
Margem de intermediação	386.644	1.399.893	1.504.991
Comissões líquidas	116.282	583.585	462.142
Margem Básica	502.926	1.983.478	1.967.132
Resultados por operações financeiras	(31.306)	(92.544)	58.314
Margem Ordinária	471.620	1.890.934	2.025.446
Despesas gerais de Administração	(318.913)	(1.647.471)	(1.106.151)
Pessoal	(202.756)	(1.184.488)	(714.050)
Outras Despesas Administrativas	(116.157)	(462.984)	(392.101)
Amortizações	(42.332)	(66.879)	(65.946)
Outros Resultados Operacionais	(12.856)	(33.646)	(29.234)
Margem Operacional	97.519	142.938	824.115
Res.líq. por equivalência Patrimonial	26.835	0	0
Outros Resultados	(1.348)	(852.523)	(224.008)
Provisões Líquidas	(80.868)	(244.132)	(136.921)
Amortizações fundo de comercio	0	0	0
Lucro antes dos impostos	42.139	(953.717)	463.186
Lucro Líquido	24.275	(1.021.761)	462.853
Balanço			
Operações de Crédito	711.856	4.753.441	4.722.123
Instituições de Crédito	2.314.381	3.994.271	3.745.292
Carteira de valores	422.027	13.362.656	10.989.895
Imobilizado	1.129.125	665.801	672.421
Outras contas do ativo	6.532.118	3.827.995	4.123.996
Total Ativo/ Passivo	6.532.118	26.604.164	24.253.727
Depósitos	2.209.769	9.179.465	6.729.285
Valores negociáveis	494.372	577.612	698.148
Passivos Subordinados	0	0	0
Instituições de credito	2.401.830	8.099.418	7.912.644
Outras contas do passivo	802.902	7.666.595	6.303.695
Capital e reserva do grupo(lucro exerc)	623.247	1.081.073	2.178.995

Fonte Anual Report 2000 e 2001 Grupo SCH

Chile - Banco Santander Chile			
	1999	2000	2001
	US\$ Mil	US\$ Mil	US\$ Mil
Resultados			
Margem de intermediação	354	380	333
Comissões Líquidas	52	53	58
Margem Básica	406	432	391
Resultados por operações financeiras	6	13	18
Margem Ordinária	412	445	409
Despesas gerais de Administração	(196)	(199)	(161)
Pessoal	(114)	(116)	(98)
Outras Despesas Administrativas	(82)	(84)	(63)
Amortizações	(23)	(21)	(20)
Outros Resultados Operacionais	(3)	(2)	(19)
Margem Operacional	190	222	209
Res.líq. por equivalência Patrimonial	15	0	0
Outros Resultados	(6)	(10)	5
Provisões Líquidas	(84)	(51)	(53)
Amortizações fundo de comercio	0	0	0
Lucro antes dos impostos	116	161	162
Lucro Líquido	102	137	139
		0	0
Balanco		0	0
Operações de Crédito	4.810	4.695	4.658
Instituições de Crédito	1.097	746	617
Carteira de valores	1.244	1.427	1.468
Imobilizado	265	248	219
Outras contas do ativo	418	847	922
Total Ativo/ Passivo	7.833	7.963	7.884
Depósitos	5.343	5.142	5.052
Valores negociáveis	1.359	1.308	1.134
Passivos Subordinados	281	272	261
Instituições de credito	127	360	439
Outras contas do passivo	83	191	313
Capital e reserva do grupo(lucro exerc)	639	690	685

Fonte Anual Report 2000 e 2001 Grupo SCH

Chile - Banco de Santiago			
	1999	2000	2001
	US\$ Mil	US\$ Mil	US\$ Mil
Resultados			
Margem de intermediação	358	414	385
Comissões líquidas	44	47	46
Margem Básica	401	462	431
Resultados por operações financeiras	27	23	21
Margem Ordinária	429	485	452
Despesas gerais de Administração	(220)	(211)	(189)
Pessoal	(124)	(117)	(112)
Outras Despesas Administrativas	(96)	(94)	(77)
Amortizações	(23)	(22)	(24)
Outros Resultados Operacionais	(6)	(7)	(11)
Margem Operacional	180	244	228
Res. Líq. por equivalência Patrimonial	0	0	0
Outros Resultados	(8)	(33)	(15)
Provisões Líquidas	(92)	(60)	(41)
Amortizações fundo de comercio	0	0	0
Lucro antes dos impostos	80	152	173
Lucro Líquido	95	154	179
Balanco			
Operações de Crédito	6.763	6.752	6.514
Instituições de Crédito	481	290	352
Carteira de valores	1.149	879	1.270
Imobilizado	259	272	250
Outras contas do ativo	534	849	847
Total Ativo/ Passivo	9.187	9.042	9.233
Depósitos	5.620	5.408	4.370
Valores negociáveis	1.917	1.952	2.904
Passivos Subordinados	421	405	389
Instituições de credito	232	282	487
Outras contas do passivo	176	135	269
Capital e reserva do grupo(lucro exerc)	821	861	813

Fonte Anual Report 2000 e 2001 Grupo SCH

Chile – Consolidado			
	1999	2000	2001
	US\$ Mil	US\$ Mil	US\$ Mil
Resultados			
Margem de intermediação	711	794	718
Comissões líquidas	96	100	104
Margem Básica	807	894	822
Resultados por operações financeiras	33	35	39
Margem Ordinária	841	929	861
Despesas gerais de Administração	(416)	(411)	(351)
Pessoal	(238)	(233)	(210)
Outras Despesas Administrativas	(178)	(178)	(140)
Amortizações	(46)	(44)	(43)
Outros Resultados Operacionais	(9)	(9)	(29)
Margem Operacional	370	466	438
Res. lq. por equivalência Patrimonial	15	0	0
Outros Resultados	(14)	(43)	(10)
Provisões Líquidas	(176)	(110)	(94)
Amortizações fundo de comercio	0	0	0
Lucro antes dos impostos	196	313	334
Lucro Líquido	198	291	318
	0	0	0
Balanço	0	0	0
Operações de Crédito	11.573	11.448	11.173
Instituições de Crédito	1.578	1.036	969
Carteira de valores	2.394	2.306	2.738
Imobilizado	524	519	469
Outras contas do ativo	951	1.696	1.768
Total Ativo/ Passivo	17.020	17.006	17.117
Depósitos	10.964	10.550	9.422
Valores negociáveis	3.276	3.260	4.038
Passivos Subordinados	703	677	650
Instituições de credito	360	643	926
Outras contas do passivo	259	325	582
Capital e reserva do grupo(lucro exerc)	1.460	1.551	1.498

Fonte Anual Report 2000 e 2001 Grupo SCH

México - Banco Mexicano			
	1999	2000	2001
	US\$ Mil	US\$ Mil	US\$ Mil
Resultados			
Margem de intermediação	368	346	379
Comissões líquidas	61	84	100
Margem Básica	429	430	479
Resultados por operações financeiras	38	28	119
Margem Ordinária	467	459	598
Despesas gerais de Administração	(282)	(284)	(292)
Pessoal	(148)	(150)	(169)
Outras Despesas Administrativas	(134)	(134)	(123)
Amortizações	(31)	(36)	(42)
Outros Resultados Operacionais	(20)	(29)	(35)
Margem Operacional	134	110	229
Res. Líq. por equivalência Patrimonial	5	0	0
Outros Resultados	(7)	15	2
Provisões Líquidas	(38)	(9)	(50)
Amortizações fundo de comercio	0	0	0
Lucro antes dos impostos	94	117	181
Lucro Líquido	74	108	178
Balanzo			
Operações de Crédito	5.306	6.306	6.727
Instituições de Crédito	1.393	2.295	3.484
Carteira de valores	4.074	5.185	5.746
Imobilizado	143	145	190
Outras contas do ativo	161	500	653
Total Ativo/ Passivo	11.077	14.431	16.800
Depósitos	7.322	8.364	9.766
Valores negociáveis	2.349	2.422	4.618
Passivos Subordinados	0	212	212
Instituições de credito	487	2.658	987
Outras contas do passivo	298	76	395
Capital e reserva do grupo(lucro exerc)	620	699	821

Fonte Anual Report 2000 e 2001 Grupo SCH

México - Banco Serfin			
	1999	2000	2001
	US\$ Mil	US\$ Mil	US\$ Mil
Resultados			
Margem de intermediação	0	647	691
Comissões líquidas	0	112	114
Margem Básica	0	759	805
Resultados por operações financeiras	0	34	105
Margem Ordinária	0	793	911
Despesas gerais de Administração	0	(558)	(463)
Pessoal	0	(248)	(225)
Outras Despesas Administrativas	0	(310)	(238)
Amortizações	0	(42)	(37)
Outros Resultados Operacionais	0	(2)	(24)
Margem Operacional	0	191	387
Res.líq. por equivalência Patrimonial	0	0	0
Outros Resultados	0	(103)	(19)
Provisões Líquidas	0	13	(4)
Amortizações fundo de comercio	0	0	0
Lucro antes dos impostos	0	102	365
Lucro Líquido	0	97	356
Balanco			
Operações de Crédito	0	8.424	7.480
Instituições de Crédito	0	2.463	2.575
Carteira de valores	0	3.334	6.606
Imobilizado	0	400	397
Outras contas do ativo	0	617	401
Total Ativo/ Passivo	0	15.239	17.459
Depósitos	0	10.105	10.794
Valores negociáveis	0	489	2.112
Passivos Subordinados	0	0	0
Instituições de credito	0	3.171	2.945
Outras contas do passivo	0	558	595
Capital e reserva do grupo(lucro exerc)	0	916	1.013

Fonte Anual Report 2000 e 2001 Grupo SCH

México - Consolidado			
	1999	2000	2001
	US\$ Mil	US\$ Mil	US\$ Mil
Resultados			
Margem de intermediação	368	994	1.069
Comissões líquidas	61	196	215
Margem Básica	429	1.189	1.284
Resultados por operações financeiras	38	63	225
Margem Ordinária	467	1.252	1.509
Despesas gerais de Administração	(282)	(842)	(755)
Pessoal	(148)	(398)	(394)
Outras Despesas Administrativas	(134)	(444)	(361)
Amortizações	(31)	(78)	(79)
Outros Resultados Operacionais	(20)	(31)	(59)
Margem Operacional	134	302	616
Res. Líq. por equivalência Patrimonial	5	0	0
Outros Resultados	(7)	(87)	(16)
Provisões Líquidas	(38)	5	(54)
Amortizações fundo de comercio	0	0	0
Lucro antes dos impostos	94	219	546
Lucro Líquido	74	205	534
Balanco			
Operações de Crédito	5.306	14.730	14.206
Instituições de Crédito	1.393	4.758	6.059
Carteira de valores	4.074	8.519	12.352
Imobilizado	143	546	587
Outras contas do ativo	161	1.117	1.054
Total Ativo/ Passivo	11.077	29.669	34.258
Depósitos	7.322	18.469	20.560
Valores negociáveis	2.349	2.910	6.730
Passivos Subordinados	0	212	212
Instituições de credito	487	5.828	3.932
Outras contas do passivo	298	634	990
Capital e reserva do grupo(lucro exerc)	620	1.615	1.834

Fonte Anual Report 2000 e 2001 Grupo SCH